

INVESTIGAÇÃO/SINDICATO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

SEGUNDO A FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES

LEIS SOBRE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
MERECEM DEBATE MAIS AMPLO

A Federação Nacional de Professores (FENPROOF) e a Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC) afirmaram ontem lamentar que o PSD e o PS tenham apresentado propostas de lei sobre investigação científica e tecnológica, na Assembleia da República, sem que antes tivesse sido realizado um debate amplo entre a comunidade científica nacional, nomeadamente a nível institucional.

A FENPROOF salienta que considera positiva a actividade da Assembleia ao procurar legislar sobre Ciência e Tecnologia, pelas profundas implicações no desenvolvimento do País, mas sublinha o seu desagrado por não se terem criado condições para a discussão da lei, conforme comunicações recebidas dos seus associados das Universidades do Norte.

Segundo a FENPROOF e a OTC, não existe ainda em Portugal um sistema científico e tecnológico, embora exista investigação científica. Para que se organize esse sistema é necessária «a existência de uma estratégia, de uma estrutura física e de financiamento adequados».

Para a criação de uma estratégia, sublinha a FENPROOF, deve avaliar-se rigorosamente a necessidade de investigação em Portugal em todos os domínios, «verificando-se às vezes uma situação pelo 'charme' de certos sectores de ponta em detrimento de sectores fundamentais, como a pesca e a agricultura, em que muito está por fazer».

Mais investigadores que técnicos

Portugal é um país onde, fora das Universidades e dos laboratórios do Estado, não há investigação existente, ao contrário dos outros países europeus, «uma inversão entre o número de investigadores

e quadros técnicos nos diversos departamentos, ou seja, há mais investigadores do que técnicos».

Esta situação que, segundo a FENPROOF e a OTC, prejudica gravemente a investigação científica, mantém-se dada a situação de congelamento das entradas na Função Pública, «que inicialmente é igual para o sector dos técnicos e para este sector».

Paralelamente, a não existência da situação de investigação em Portugal faz com que se proponha numa das propostas apresentadas no parlamento que «daqui a dez anos se gastem com a investigação científica 2,5 por cento do PIB, ou seja, mais de cem milhões de contos quando ninguém sabe como é que isso será possível, pois actualmente gastam-se 0,35 por cento (16 milhões) e não existe plano para aquela verba».

Segundo a FENPROOF e a OTC a criação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional deve integrar planos a curto, médio e a longo prazo que vão «desde uma definição clara de objectivos, programas de apoio a previsão orçamental ou equipamento de centros, até ao tipo da estrutura «que deve ter em conta a especificidade dos objectivos das instituições por que se reparte: Ensino Superior em geral e Universidades em particular, Institutos e Laboratórios do Estado,

sector empresarial do Estado e estruturas do sector privado».

Medidas urgentes

Tanto a OTC como a FENPROOF consideram que «são os investigadores e os que trabalham no sector que melhor sabem quais são os problemas no campo da ciência e tecnologia em Portugal, não devendo ser marginalizados pelos poderes públicos quando tomam decisões».

Neste sentido, foram definidas algumas reivindicações consideradas fundamentais para o desenvolvimento da investigação científica em Portugal: recrutamento e formação de quadros técnicos de investigação e operários especializados; revisão das carreiras destes quadros; cessação da existência de investigadores de primeira e de segunda (considerando-se os de primeira os docentes universitários e os de segunda todos os outros); criação de orçamentos preliminares (ou «plafonds» mínimos para os projectos de investigação; reestruturação do Conselho Superior da Ciência e Tecnologia; criação, para funcionar na Assembleia da República, de uma comissão Científica e Tecnológica.

Apesar das limitações encontradas pela OTC e FENPROOF em qualquer das propostas de lei sobre Ciência e Tecnologia, apresentadas na assembleia, ambas as organizações mostraram preferência pela do PS, por «delegar na Assembleia da República a responsabilidade pela aprovação do Plano Científico e Tecnológico nacional» e por «se aprofundar mais dos seus princípios».

Dia

X
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Investigação científica